http://journal.unoeste.br/index.php/ch
DOI: 10.5747/ch.2021.v18.h515
ISSN on-line 1809-8207

Colloquium Humanarum

Submetido: 10/05/2021 Correções:20/08/2021 Aceite Final: 23/08/2021

"HABEMUS BASE"? REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Evelyn Clara Luz[1], Geise Hellen da Silva Caxiado[2], Nair Correia Salgado de Azevedo[3]

[1]Licenciada em Pedagogia na Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE, Presidente Prudente, SP. **ORCID iD**: 0000-0002-9110-3050. **E-mail**: evelynluz.el@gmail.com
[2]Licenciada em Pedagogia na Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE, Presidente Prudente, SP. **ORCID iD**:0000-0002-7841-5068. **E-mail**: geise.gatta.93@hotmail.com
[3]Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da "Universidade Estadual Paulista" - UNESP - Presidente Prudente/SP. Docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia nas modalidades presencial e EAD da Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE em Presidente Prudente, SP. Membro do Grupo de Pesquisa em Estudos Educacionais – GEPEOS da Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE. **ORCID iD**: 0000-0003-2914-3278. **E-mail**: nairazevedo@hotmail.com

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo geral refletir sobre as transformações curriculares para a alfabetização a partir da década de 1980. Como objetivos específicos, pretende-se: a) discutir sobre o grau de importância no processo de ensino e aprendizagem atribuída pela BNCC à alfabetização; b) refletir sobre o processo de construção da BNCC; c) debater as descobertas realizadas por pesquisas sobre a temática "alfabetização e a BNCC" ocorridas entre os anos de 2015 e 2020. Caracterizada como uma pesquisa de abordagem qualitativa e de cunho bibliográfico, estudou a temática por meio de livros e artigos disponibilizados em bibliotecas virtuais, periódicos científicos e no Banco de Dados da Capes considerando as pesquisas publicadas entre 2015 e 2020. Concluímos que existem muitos problemas na proposta da BNCC, como não oferecer ações mais concretas relacionadas à alfabetização, enquanto centra grande parte dessa função apenas no professor. Por fim, respondemos ao questionamento principal dessa pesquisa: "*Habemos Base*"? Se formos pensar em um documento que tem o texto como trabalho principal, podemos mencionar que temos uma proposta de base. No entanto, se formos pensar no aluno enquanto sujeito e no professor que precisa de recursos à sua disposição, assim como uma formação continuada de qualidade, podemos mensurar que só a BNCC não garante essa evolução que almejamos, e corre-se o risco de, mais uma vez, ser uma proposta que não saia do papel com a eficácia esperada.

Palavras-chave: Educação. BNCC. Alfabetização. Educação Básica.

"HABEMUS BASE"? REFLECTIONS ON THE LITERACY PROCESS IN THE COMMON NATIONAL CURRICULUM BASIS

ABSTRACT

This work has as general objective to reflect on the curricular transformations for literacy from the 1980s on. As specific objectives, it is intended to: a) discuss the degree of importance in the teaching and learning process attributed by the BNCC to literacy; b) reflect on the BNCC construction process; c) to discuss the findings made by research on the theme "literacy and BNCC" that occurred between 2015 and 2020. Characterized as a research of qualitative and bibliographic approach, studied the theme through books and articles made available in virtual libraries, scientific journals and in the Capes Database considering the research published between 2015 and 2020. We conclude that there are many problems in the BNCC proposal, such as not offering more concrete actions related to literacy, while focusing much of this function only on the teacher. Finally, we answer ed the main question of this research: "*Habemos Base*"? If we are going to think of a document that has the text as the main work, we can mention that we have a basic proposal. However, if we think of the student as a subject and the teacher who needs resources at his disposal, as well as a continuous quality training, we can measure that only the BNCC does not guarantee this evolution that we want, and there is a risk that, once again, it will be a proposal that does not leave the role with the expected effectiveness.

Keywords: Education. BNCC. Literacy. Basic Education.

"HABEMUS BASE"? REFLEXIONES SOBRE EL PROCESO DE ALFABETIZACIÓN EN LA BASE CURRICULAR NACIONAL COMÚN

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo general reflexionar sobre las transformaciones curriculares para la alfabetización a partir de la década de 1980. Como objetivos específicos, se pretende: a) discutir el grado de importancia en el proceso de enseñanza y aprendizaje atribuido por el BNCC a la alfabetización; b) reflexionar sobre el proceso de construcción del BNCC; c) discutir los hallazgos realizados por la investigación sobre el tema "alfabetización y BNCC" que ocurrió entre 2015 y 2020. Caracterizado como una investigación de enfoque cualitativo y bibliográfico, estudió el tema a través de libros y artículos disponibles en bibliotecas virtuales, revistas científicas y en la Base de Datos de la Capes considerando las investigaciones publicadas entre 2015 y 2020. Concluimos que hay muchos problemas en la propuesta del BNCC, como no ofrecer acciones más concretas relacionadas con la alfabetización, mientras que se centra gran parte de esta función sólo en el profesor. Por último, respondemos a la pregunta principal de esta investigación:"*Habemos* Base"? Si vamos a pensar en un documento que tiene el texto como trabajo principal, podemos mencionar que tenemos una propuesta básica. Sin embargo, si pensamos en el alumno como una asignatura y el profesor que necesita recursos a su disposición, así como una formación continua de calidad, podemos medir que solo el BNCC no garantiza esta evolución que queremos, y existe el riesgo de que, una vez más, sea una propuesta que no deje el papel con la efectividad esperada.

Palabras clave: Educación. BNCC. Alfabetismo. Educación Básica.

INTRODUÇÃO

A década de 1990 é marcada por alguns eventos importantes, especialmente os relacionados à alfabetização brasileira e a partir de então as discussões sobre o currículo para a educação do Brasil tem se tornado uma constante. Isso ocorreu, pois essa foi a década considerada internacionalmente como a “Década da Alfabetização” no mundo e o Brasil, junto com outros países, se comprometeu na “Conferência Educação para Todos” em tentar amenizar os problemas com a alfabetização, que ocorriam ainda com alto percentual em território nacional naquele contexto (OMODEI, 2018).

Podemos destacar alguns acontecimentos nesse período que contribuíram para que a discussão evoluísse, como por exemplo, a promulgação da “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” – LDBEN nº 9.394 de 1996 (BRASIL, 1996), o “Plano Nacional de Educação” – PNE pela “Lei nº 10.172 (BRASIL, 2001) que apesar de ter sido divulgada apenas em 2001 iniciaram as discussões na década anterior, o “Plano Decenal de Educação” – PDE (BRASIL, 1993), a divulgação dos “Parâmetros Curriculares Nacionais” – PCNS (BRASIL, 1997), entre outros.

Apesar de a alfabetização ter passado por algumas transformações, como as apontadas por Mortatti (2006) e Soares (2004) esse é um assunto que atualmente preocupa muitos profissionais em educação, decorrente da baixa qualidade de ensino no país (atribuída, muitas vezes, ao processo de alfabetização). Nem todos os alunos alcançam um bom rendimento de aprendizagem e não conseguem estar alfabetizados até o final do 2° ano do Ensino Fundamental, que é uma das metas previstas pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017).

A BNCC (BRASIL, 2017) tem como um dos objetivos organizar o currículo para que os alunos se desenvolvam e aprendam durante o período escolar, seguindo as características de cada etapa da Educação, almejando estratégias que anseiam a formação de cidadãos justo, livres e que saibam lidar com as diversidades no cotidiano social. Partindo desses pressupostos iniciais, o objetivo geral desse artigo é refletir sobre as transformações curriculares para a alfabetização a partir da década de 1980. Como objetivos específicos, se propõe a: a) discutir sobre o grau de importância no processo de ensino e aprendizagem atribuída pela BNCC à alfabetização; b) refletir sobre o processo de

construção da BNCC; c) debater as descobertas realizadas por pesquisas sobre a temática "alfabetização e a BNCC" ocorridas entre os anos de 2015 e 2020.

DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Essa pesquisa se caracteriza como uma pesquisa de abordagem qualitativa e de cunho bibliográfico. A abordagem qualitativa, segundo Minayo (2002), é um tipo de pesquisa que não ocorre segundo preceitos numéricos ou quantitativos e preocupa-se com outros fatores ocorridos durante o processo.

> A pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado trabalho com o universo de significados, motivos, aspirações e crenças. Valores e atitudes a que corresponde há um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2002, p. 22).

Para estudar a temática escolhida optamos por usar o método da pesquisa bibliográfica, que segundo Lima (2004, p. 38) "é a atividade de localização e consulta de fontes diversas de informação escrita, orientanda pelo objetivo explícito de coletar materiais mais genéricos ou mais específicos a respeito de um tema".

No caso desse estudo, realizamos buscas por livros e artigos já publicados sobre a temática, tanto em bibliotecas virtuais quanto banco de dados de periódicos científicos, Google Acadêmico e Scielo. Também buscamos por publicações divulgadas no Banco de Dissertações e Teses da Capes, considerando as pesquisas realizadas sobre a temática entre 2015 e 2020.

ALFABETIZAÇÃO E CURRÍCULO: REFLEXÕES A RESPEITO DAS MUDANÇAS EDUCACIONAIS A PARTIR DA DÉCADA DE 1980

A década de 1980 foi palco de profundos acontecimentos ocorridos de forma muito rápida – a evolução foi tamanha que pode ser comparada a um século percorrido em um pequeno período de dez anos. Em seu início, com a temida crise mundial, chegou a ser apontada pelos economistas como a "década perdida". Entretanto, com alguns eventos como o "fim do socialismo real" representados, por exemplo, pela demolição do muro de Berlim, os anos de 1980 mudaria totalmente o que as recentes gerações poderiam entender como "Democracia", liberdade, comunicação e expressão (TRANSPADINI, 2019).

Ao avançar da década de 1980 as ruas ainda eram o palco da proximidade, de transitar e de diálogos. Vemos também que as velocidades eram bem menores se comparadas com as atuais, pois havia mais tempo: podíamos andar tranquilamente de bicicleta ou até mesmo a pé, mas também tínhamos outras preocupações, outros medos (TRANSPADINI, 2019).

Optamos por fazer essa retrospectiva para mencionar o quanto a sociedade se transformou, num curto espaço de tempo. A realidade mudou de forma drástica a ponto de vivermos tanto em suas próprias casas como nas escolas que, devido ao aumento do fluxo populacional em anos de escolaridade brasileira, ocorreram várias reconstruções na educação nacional, com intuito de que a ascensão às instituições escolares fosse progressivamente popularizada (TRANSPADINI, 2019).

Já com relação ao Ensino Médio, na época entre 1982 e 1996 conhecido como "Ensino de 2º Grau", este foi regido pela Lei nº 7.044/82 [1], a qual foi revogada na década seguinte pela nova "Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional" – LDBEN, nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996). Essa última Lei, em seu artigo 21, inciso I, estabelece a educação básica como sendo formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, afirmando a obrigatoriedade e gratuidade da educação básica.

Assim, o acesso à escola foi paulatinamente expandido, uma vez que sua universalização passou a ser garantida legalmente como direito (BRASIL, 1988). No entanto, as políticas para a educação, na esteira das aspirações para o desenvolvimento político-econômico nacional, são delineadas de modo a adequar a população às necessidades da

[1] A Lei nº 7.044/82 surgiu para alterar dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 (LDBEN vigente na época), referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 07. Mai. 2021.

produção e, ao mesmo tempo, possibilitar ao cidadão o exercício de seu direito a educação enquanto direito social (TRANSPADINI, 2019).

As reformas educacionais em foco inserem-se no processo de (re)democratização política pela qual o Estado brasileiro passou nas últimas décadas. Neste sentido, foi almejada a construção de um delineamento da relação entre as diversas concepções de democracia e educação. Para tanto, buscou-se uma discussão específica sobre as concepções de democracia liberal e neoliberal, diferenciando-as em seus principais conceitos de democracia com a implementação das políticas educacionais (BRASIL, 2004).

Entende-se que as políticas públicas são definidas e implementadas de acordo a natureza do Estado. Segundo Mortatti (2006) de 1980 a 1994 houve muitas disputas pelos defensores da nova possibilidade construtivista e os dos antigos testes de maturidade e métodos de alfabetização. Nesse sentido, a autora menciona quatro principais momentos históricos relacionados aos métodos de alfabetização, que organizamos no quadro a seguir:

Quadro 1. Momento históricos dos métodos de alfabetização no Brasil.

Período histórico	Características
1º momento A metodização da leitura	Ocorreu até o final do Império; ensino ocorrido em salas "adaptadas" em prédios inapropriados; uso do método da marcha sintética; influência da "Cartilha João de Deus".
2º momento A institucionalização do método analítico	A partir da Proclamação da República; reforma da instrução pública de São Paulo (influenciou todo o Brasil); implantação obrigatória do Método Analítico em todas as escolas públicas paulistas; preocupação com a leitura com a escrita sendo vista como uma questão caligráfica; uso do termo "Alfabetização" de forma mais específica a partir de 1920.
3º momento A alfabetização sob medida	A partir da década de 1930; uso de métodos mistos; relativização da questão do método; uso de bases psicológicas para a alfabetização; uso de testes psicológicos que poderiam definir o método associado à maturidade das crianças em classes homogêneas.
4º momento Alfabetização: construtivismo e desmetodização	Início na década de 1980; pensamento construtivista sobre alfabetização; contribuição das pesquisas de Emília Ferreiro; abandono das teorias e práticas tradicionais; "desmetodização": abandono de métodos para alfabetizar e das cartilhas; surgimento dos "Parâmetros Curriculares Nacionais" – PCNs; ilusão de que a aprendizagem é um processo construído pelo aluno e que independe do ensino.

Fonte: elaborado pelas autoras, baseando-se em Mortatti (2006).

Segundo Mortatti (2006) esse quarto momento da história da alfabetização no Brasil ainda se encontra em curso. No entanto, é preciso mensurar que de lá para cá, muitas transformações ocorreram especialmente as relacionadas ao que podemos entender como construção curricular da educação pública brasileira. Assim como na época em que os PCNs (BRASIL, 1997) foram construídos, houve uma participação da sociedade civil e especialistas em Educação com vias a democratizar seu processo.

Nesse sentido, Triches (2018) argumenta que tal participação na construção desses documentos, especialmente dos professores, corrobora para que a escola pública não se prenda a atender unicamente objetivos atrelados ao mercado de trabalho, além de não perpetuar ao que a autora chama de "posição subalterna historicamente dispensada aos professores da Educação Básica nos processos de produção curricular e de políticas educacionais" (TRICHES, 2018, p. 53).

Com relação à BNCC, o início de sua construção se deu no ano de 2015, visando a atender a meta 7 do "Plano Nacional de Educação" – PNE (BRASIL, 2014) que tinha em sua estratégia 7.1 a função de implantar em todo o Brasil uma base curricular comum, com direitos e objetivos de aprendizagem destinados a cada ano de ensino aos alunos das escolas públicas, sem

deixar de considerar a diversidade local de cada região[2].

Sendo assim, Gontijo (2015) menciona que primeira versão foi apresentada à sociedade em 2015 para que de forma pública recebesse as sugestões de aprimoramento. Nessa versão, havia objetivos muito claros, como promover uma formação cidadã e profissional, além de definir o que todo estudante no Brasil deveria aprender da educação infantil até o fim do ensino médio. No entanto, o autor enfatiza que os princípios da BNCC tinham foco nos objetivos de aprendizagem que deveriam ser alcançados durante a educação básica e que, provavelmente, visasse mais a criar parâmetros para uma avaliação em larga escala. Faremos outras críticas sobre isso no decorrer desse trabalho.

Retornando à questão da participação do professor na construção da BNCC, Frade (2020) menciona que a meta 7.1 do PNE (BRASIL, 2014) já determinava aqueles que deveriam ser os atores no processo de construção da BNCC: secretarias estaduais e municipais de educação, compreendidos como representantes máximos o MEC, a UNDIME e o CONSED e membros assessores, assim como especialistas que seriam indicados para a elaboração de uma primeira proposta.

A consulta mais ampla dessa primeira versão ocorreu entre setembro de 2015 e março de 2016, tendo os alfabetizadores como maiores colaboradores na proposta de Língua Portuguesa e Alfabetização, o que demonstrava, segundo Frade (2020, p. 5), a "força dos processos de formação na construção de repertórios comuns". No entanto, durante a revisão feita pelas terceira e quarta versões, ocorreu um rompimento das discussões realizadas até então, sem uma preocupação aparente por parte do governo federal por um processo de transição com as equipes responsáveis pelo caminho percorrido anteriormente e a equipe que assumiria esse percurso a partir dali.

Essa situação descrita por Frade (2020) nos faz pensar o quanto muitas políticas públicas educacionais sofrem com processos de descontinuidade que praticamente desconstrói caminhos já trilhados sobre uma determinada ação. No caso da BNCC, percebemos que a mudança política ocorrida naquele contexto não se preocupou em ouvir quem já estava participando do processo – entre eles, os professores. As discussões ocorridas anteriormente não foram de todo consideradas e o que presenciamos foi um verdadeiro processo de disputa por "quem finalmente iria divulgar uma BNCC no Brasil", sem se preocupar necessariamente com uma melhora da qualidade da educação pública em si.

Isso apenas contribui para o que Frade (2020) chamou de relações de poder entre o MEC e as secretarias de educação com outra equipe de coordenação de elaboração da BNCC, o que gerou novas interpretações do documento, como as ocorridas entre os termos "expectativas de aprendizagem" *versus* "direitos e objetivos de aprendizagem", tendo esta última prevalecido e entendida como uma "perspectiva individual e apenas cognitiva para uma ideia de direitos que responsabiliza a sociedade e os sistemas de ensino pela garantia desses direitos" (FRADE, 2020, p. 5).

Em suma, podemos mencionar que a construção da BNCC ocorreu em meio a várias turbulências, como a troca governamental ocorrida em 2016, a mudança da equipe de coordenação que viria a divulgar a versão final da BNCC e que desconsiderou grande parte das discussões realizadas até então, além de ter sido realizada em um curto espaço de tempo (TRICHES, 2018), sendo importante destacar também a troca de ministros no MEC por quatro vezes nesse período, além de a versão final ter sido pensada também por membros de instituições privadas como o Itaú, a Fundação Roberto Marinho e até montadoras de carros como a Volkswagen, por exemplo.

Dessa forma, como menciona Triches (2018), as vozes mais ouvidas durante o processo de finalização da BNCC foram as relacionadas a setores empresariais, instituições financeiras e outros ligados à globalização de mercado, sendo esses representados por entidades que defendem interesses de quem detém o poder capital. Sendo assim, a voz dos professores alfabetizadores e demais estudiosos sobre o tema, foi abafada pelos objetivos econômicos do governo vigente.

> Num contexto em que os responsáveis pelo processo de sistematizar a BNCC são pessoas físicas que atendem aos interesses de entidades/empresas

[2] Informação disponível em: http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014. Acesso em: 20/08/2021.

> privadas, questiona-se "quais foram os interesses atendidos ao reduzir o tempo destinado à alfabetização no documento da BNCC". Fica evidente que o privado definiu o conteúdo do público, tanto nos aspectos de gestão quanto nos aspectos pedagógicos (TRICHES, 2018, p. 145).

Por fim, podemos dizer que tal visão enxerga as pessoas como consumidores de uma sociedade que impõe um estilo de vida a ser seguido ou, como menciona Triches (2018), pautado em preceitos neoliberais que visam gerir não apenas a vida escolar, mas também o cotidiano dos indivíduos.

ALFABETIZAÇÃO E A BNCC: LER E ESCREVER É A BASE?

Com o advento das tecnologias e os avanços econômicos ocorridos no Brasil, houve a necessidade de se pensar uma abordagem diferenciada e com uma nova postura educacional. As escolas brasileiras estavam, então, diante de um novo desafio: a aprendizagem dos códigos da escrita em diferentes contextos sociais (CAMPANHOLO; WOLF, 2017).

Para isso, algumas propostas governamentais ocorreram em várias frentes desde o início dos anos 2000, como a ampliação do Ensino Fundamental para a duração de nove anos (BRASIL, 2006), a obrigatoriedade da inserção da criança de quatro anos na Educação Infantil (BRASIL, 2013), a elaboração das "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica" – DCNEB (BRASIL, 2013b) e a atualização curricular dos conteúdos trabalhados nas escolas públicas, de forma a propiciar novas formas de aprendizagens, visto que os "Parâmetros Curriculares Nacionais" – PCN (BRASIL, 1997) não contemplavam algumas metodologias que considerava, por exemplo, o advento das tecnologias, especialmente a popularização das mídias e da Internet, além do processo de aprendizagem ocorrida nesse contexto.

Nesse sentido, as discussões ocorreram para que uma nova organização curricular que tentasse contemplar as necessidades de aprendizagem e conteúdos das escolas públicas brasileiras acontecesse. Então, já nos anos de 2010, iniciou-se um processo de implantação de uma nova "Base Nacional Comum Curricular" – BNCC e a primeira versão desse documento, como já mencionado anteriormente nesse estudo, foi apresentada em 2015. A partir dali, ocorreram muitas discussões e modificações até que a versão atual fosse divulgada em 2017[3].

O início dessas discussões contou com a participação de pessoas especialistas e que tinham ligação com pesquisas na área, realizadas em várias universidades brasileiras. O documento ficou disponível para ser consultado publicamente, de modo que houvesse a participação também de pessoas da sociedade civil entre os anos de 2015 e 2016. Durante uma das reuniões entre os especialistas, um dos temas discutidos foi o ensino da Língua Portuguesa nos anos iniciais do Ensino Fundamental e estiveram nesta discussão muitos pesquisadores em alfabetização (FRADE, 2020).

Nesse processo para colocar em vigor a nova BNCC, o MEC e as secretarias de educação do Brasil, juntamente com a equipe de coordenação, presenciaram muitos confrontos entre si, o que para muitos foi ocasionado devido às diferentes interpretações realizadas naquele momento (FRADE, 2020).

Após a divulgação da versão final, a BNCC (BRASIL, 2017) apresentou uma posição muito clara com relação aos objetivos dos anos iniciais do Ensino Fundamental: alfabetizar. Dessa forma, o documento propõe orientar os docentes no processo de alfabetização dos alunos e traz propostas de conteúdos fazendo uma ligação a "métodos" (no plural) de alfabetização.

De acordo com Rico (S/D), tanto os PCNS (BRASIL, 1997) quanto a BNCC (BRASIL, 2017) enfatizam ideias semelhantes com relação ao processo de aprendizagem. Por sua vez, a BNCC parte da aprendizagem por meio do texto, mencionando o que ele tratará e qual é a sua função no que está sendo estudado. Segundo a BNCC, o Ensino Fundamental tem que ser uma continuidade da Educação Infantil, não se pode quebrar o vínculo e é preciso relacionar as duas etapas para garantir uma boa qualidade do ensino.

Com relação ao fator "tempo", a BNCC (BRASIL, 2017) destaca que a criança precisa estar

[3] Informação disponibilizada pelo site do MEC. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico#:~:text=Em%2002%20de%20agosto%20de,sugerindo%20melhorias%20para%20o%20documento.. Acesso em: 19/02/2021.

alfabetizada até o fim do 2°ano do Ensino Fundamental. Até então, o entendimento era de que as crianças poderiam estar alfabetizadas até o fim do 3° ano do Ensino Fundamental, meta essa definida por outro programa de política pública para a alfabetização, implantado com o objetivo de "sanar" os problemas de alfabetização no Brasil: o "Pacto Nacional para a Alfabetização na Idade Certa" – PNAIC, implantado pela portaria nº 867 de 4 de julho de 2012 (BRASIL, 2012).

Para a BNCC (BRASIL, 2017), o uso das sequências didáticas para a aprendizagem é considerado como de suma importância para o ensino da leitura e escrita dos alunos sendo uma ferramenta que ajuda muito no planejamento de aulas de Língua Portuguesa, como vemos em Costa (2019, p. 97):

> De maneira geral, a BNCC, ao optar por uma perspectiva enunciativa-discursiva, que concebe, a língua como integração social, assume o texto como unidade de trabalho de ensino-aprendizagem, destacando a reflexão e uso significativo da linguagem em atividades diversas de leitura e produção de textos orais e escritos

Para a BNCC (BRASIL, 2017) o processo de alfabetização da criança ocorre pela compreensão das formas gráficas da escrita e deve propiciar também o domínio na diferenciação e uso das letras maiúsculas e minúsculas, o conhecimento do alfabeto, a apropriação do sistema de escrita alfabética, o entendimento de grafemas e fonemas, a aprendizagem e decifração dos códigos dos textos e suas palavras, a compreensão da leitura pelos conhecimentos globais das palavras etc.

Sendo assim, o professor deve aprimorar o conceito de escrita, não se restringindo apenas à aprendizagem de sons de letras e à memorização do sistema de escritas alfabéticas. A alfabetização é mencionada na BNCC (BRASIL, 2017) com a importância de a relacionarmos com o que usamos em nossa realidade. O documento propõe, *a priori*, uma alfabetização voltada para o mundo intelectual, social, físico, emocional e cultural, ou seja, é uma aprendizagem para a vida e não apenas para ficar no currículo escolar do aluno.

No entanto, a proposta da BNCC é também bastante criticada por alguns pesquisadores e na visão de Pertuzatti e Dieckmann (2019), por exemplo, a alfabetização na BNCC não apresenta uma atenção precisa para uma formação humana integral, mas sim voltada à formação profissional dos educandos com menos foco na leitura e escrita que se propõe inicialmente e, com isso, a alfabetização se torna frágil e de pouca relevância na educação brasileira.

Ainda segundo Pertuzatti e Dickemann (2019), aprender a ler e escrever deveria abranger novas amplitudes, trazendo um ensino com descobertas e imaginação, contribuindo para a formação de um ser crítico e com opiniões. Pela alfabetização do educando podemos formar bons leitores, entendido assim como aquele que se interessa por assuntos relevantes ao cotidiano do país e do mundo.

Essa falta de comprometimento real com a Alfabetização na BNCC nos traz uma preocupação com a qualidade de ensino no país. O documento deveria apresentar mais propostas voltadas à melhora da alfabetização brasileira e se tornou uma proposta cômoda ao propor um ensino mais voltado para a qualificação profissional, sem uma preocupação clara em formar também educandos mais críticos e com autossuficiências (PERTUZATTI; DIECKMANN, 2019).

Cury, Reis e Zanardi (2018) fazem crítica semelhante. Para os autores, a BNCC não contempla a formação crítica, traz propostas curriculares centradas em um determinado grupo social, nega em muitos momentos aquilo que o aluno já sabe assumindo assim uma posição de desprezo pelo que já existe, além de inferir, em muitos momentos, que os professores precisam essencialmente da BNCC ao supor que os mesmos não sabem ensinar:

> Ora, como pode ser percebido, soa até desesperadora a afirmação de que há a necessidade de definição de um currículo básico para os professores saberem o que é esperado que os alunos aprendam em cada ciclo de aprendizagens. Seria muito preocupante viver

> em um país onde os professores não sabem o que ensinar na sala de aula amanhã às 07h30 da manhã em uma turma de 1º ano do ensino fundamental (CURY; REIS; ZANARDI, 2018, p. 62).

Além disso, Cury, Reis e Zanardi (2018) mencionam que a BNCC sempre fez questão de mencionar que não é um "currículo pronto" de aplicação para as escolas públicas brasileiras e sim um norte a seguir. No entanto, para os autores, não é isso que ela faz – o que ocorre é que ela organiza sim e seleciona os conteúdos que cada série deve trabalhar e, "por mais que fuja ao papel de seleção, organização e sequenciamento de conteúdos, a BNCC tem esse papel e se ela não é currículo, ela não pode deixar de ser considerada *um* currículo (prescrito e unificador)" (CURY; REIS; ZANARDI, 2018, p. 69).

Falando especificamente do processo de alfabetização, Pertrezatti e Dieckmann (2019) mencionam que a ação de alfabetizar na BNCC se apresenta como um assunto pouco destacado, evidenciando a preocupação do documento com a função de organizar um currículo nacional como um projeto norteador, que tem como por sua vez "explorar" a igualdade e a democracia social.

Apesar de o documento ter como finalidade a transformação educacional no país, a BNCC não apresenta saídas para os impasses da educação brasileira em alcançar um resultado positivo na alfabetização ocorrida em escolas públicas. A alfabetização não deve estar voltada apenas no ler e escrever, mas deve haver uma ação do professor em fazer com que seus alunos entendam a sua própria realidade e dar oportunidades para que eles possam argumentar e opinar, o que infelizmente a BNCC nega ao pregar uma política voltada apenas às obrigações do professor (PERTREZATTI; DIECKMAN, 2019).

Precisamos propor aos alunos uma alfabetização voltada ao mundo social em que vivemos, tornando-os seres críticos. É importante o professor trazer para dentro da sala de aula um ensino crítico por meio da leitura e escrita do aluno, angariando benefícios significativos para a preparação dos valores de cada indivíduo (PERES, 2016).

Takazaki ([20--], não paginado) menciona que o desenvolvimento da criança ocorre de forma diferente e o processo de aceleração da alfabetização no ensino fez com as escolas, muitas vezes, pulassem etapas importantes para o desenvolvimento pleno da escrita do aluno – ao trocar algumas atividades importantes como as lúdicas, por exemplo, por um processo de escolarização antecipada, perdeu-se o que era importante e a escola só procurou, em muitos momentos, evoluir sem se preocupar com a forma em que o processo de alfabetização ocorria nas escolas em muitos momentos, tornando esse posicionamento discutível e frágil.

Para encerrarmos essa discussão mais crítica, vale lembrar que de acordo com Frade (2020) a aceleração do processo de alfabetização, assim como o ensino fundamental de 9 anos são medidas que, de certa forma, mais prejudicou do que auxiliou a criança pequena. Para a autora, a educação infantil é muito importante para o desenvolvimento das crianças e ao optar por "pular partes", apenas se evidenciou o quanto esse processo pode ser prejudicial à qualidade de ensino, ao rendimento do aluno, entre outras questões.

Querendo ou não, para Frade (2020) em um determinado momento na vida do educando em relação à escola, haverá a sensação que algo não foi vivido. Existem muitas falhas na BNCC e a pouca consideração pela etapa da educação infantil é uma delas – em alguns momentos, a sensação é de que a preocupação parece ser mais em cumprir as metas que devem ser concluídas ao longo do curso escolar. É preciso ressaltar que essa postura prejudica muitos os próprios professores por não conseguirem alfabetizar 100% dos seus alunos devido à diversidade encontrada nas salas de aulas e os inúmeros problemas diários que fogem de suas atribuições.

O documento, então, deixa essa grande lacuna e por isso é muito criticado por professores e especialistas de todo o país (FRADE, 2020). O ciclo pedagógico de alfabetização, implantado há décadas e defendido como uma possível solução para os problemas de qualidade na educação no Brasil, tinha a previsão de respeitar o processo de desenvolvimento do aluno e o trabalho do professor. Apesar de parecer, em alguns momentos, ter evoluído de forma positiva, não houve na prática uma demonstração clara em nenhum dos contextos apresentados até aqui que previsse um processo de alfabetização eficaz, auxiliando o professor e os alunos de forma mais direta e objetiva.

BNCC E AS REFLEXÕES ACADÊMICAS: O QUE DIZEM ALGUMAS PESQUISAS

Apresentaremos a partir daqui o resultado de algumas pesquisas realizadas sobre a temática "BNCC e o processo de alfabetização". Procedemos da seguinte maneira: inserimos o descritor "BNCC" no Banco de Dissertações e Teses da Capes, refinando os resultados para as pesquisas realizadas em nível Mestrado e Doutorado na área de Educação. Aqui apareceram 92 resultados e desses, apenas 4 pesquisas publicadas estavam relacionadas com a temática de nosso interesse: alfabetização e BNCC. Abaixo, segue um quadro com as pesquisas encontradas, contendo o ano de publicação, os autores, os títulos das pesquisas e as principais partes contidas nos resumos dessas pesquisas:

Quadro 2: pesquisas disponíveis no Banco de Dados da CAPES com os descritores "Alfabetização" e "BNCC"

	Ano de publicação	**Autoria**	**Título da pesquisa**	**Descrição retirada do Resumo sobre os aspectos principais da pesquisa (Objetivos, Metodologia e conclusões)**
1.	2019	Barbara Francischini	Práticas de alfabetização e o desenvolvimento de atitudes investigativas	O presente trabalho tem como objetivo principal investigar práticas de ensino, mobilizadas pelo professor alfabetizador. A metodologia seguiu a abordagem qualitativa e o método exploratório de pesquisa, buscando primeiramente, compreender a importância do desenvolvimento da postura investigativa na aprendizagem da língua escrita na alfabetização. Para tal, foi realizada uma retrospectiva histórica. As análises evidenciam que as professoras alfabetizadoras entrevistadas reconhecem que, ao se alfabetizar, o discente se transforma enquanto indivíduo, passando a ter mais autonomia e capacidade de questionar, transformar opiniões existentes e criar soluções para os problemas. Por outro lado, percebemos que a ideia de postura investigativa na alfabetização ainda não se encontra muito clara na perspectiva das professoras, de modo que necessita ganhar espaço no contexto escolar.
2.	2018	Ana Paula Barbieri de Mello	Políticas para a educação infantil: o lugar da consciência fonológica na Base Nacional Comum Curricular	O presente trabalho teve por objetivo analisar de que forma a consciência fonológica está inserida na Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil na perspectiva de contribuir com o desenvolvimento posterior da leitura e escrita. Esta pesquisa foi baseada nos princípios da metodologia histórico-crítica e foi delineada de forma teórica, bibliográfica e documental, com enfoque qualitativo. Com a análise concluímos que: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para Educação Infantil insere algumas experiências de Consciência Fonológica nos seus preceitos, porém, aborda esta

	Ano de publicação	Autoria	Título da pesquisa	Descrição retirada do Resumo sobre os aspectos principais da pesquisa (Objetivos, Metodologia e conclusões)
				questão muito sutilmente e com pobreza de conteúdo, não utilizando a denominação e o conceito; as Políticas Públicas Educacionais ainda necessitam sair dos documentos e adentrar ao ambiente escolar, assim como, muitos conceitos, como o da Consciência Fonológica, ainda precisam ser inseridos nestas políticas; as políticas educacionais são marcadas pelas reformas constantes, pela descontinuidade e pela falta de recursos e investimentos em formação, infraestrutura, valorização profissional, entre outros.
3.	2018	Eliane de Fatima Triches	A formulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e concepções em disputa sobre o processo alfabetizador da criança (2015-2017)	A pesquisa teve como objetivo analisar o processo de formulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as concepções em disputa sobre o processo alfabetizador da criança. A metodologia adotada teve sua base no Ciclo de Políticas no que tange a etapa da formulação e se dá por meio da investigação pautada na pesquisa bibliográfica, para entendimento de conceitos e definições sobre o tema; documental, a fim de conhecer encaminhamentos legais em processo de elaboração e alguns já definidos. Constatou-se a partir dos estudos realizados que a BNCC integra as reformas educativas de viés neoliberal que têm sido pensadas globalmente a partir de 1990 e que tem como meta melhorar as economias nacionais a partir do fortalecimento de elos entre escolarização, trabalho, produtividade, serviços e mercado. Nesse movimento de formulação do Documento da Base, importante destacar a redução do tempo destinado à alfabetização, dos três primeiros anos do Ensino Fundamental, para os dois primeiros anos desta etapa de ensino.
4.	2017	Ieda Pertuzatti	Alfabetização e letramento nas políticas públicas: convergências e divergências com a BNCC	Tem o objetivo de, por meio de análise desses documentos localizar, se existentes, procurar os pontos convergentes e divergentes que normatizam a práxis educativa, bem como tencionar a definição e os conceitos que esses documentos declaram sobre a alfabetização e o letramento. Trata-se de uma pesquisa sobre os documentos que englobam as diretrizes políticas do Ensino Fundamental

	Ano de publicação	Autoria	Título da pesquisa	Descrição retirada do Resumo sobre os aspectos principais da pesquisa (Objetivos, Metodologia e conclusões)
				– Anos Iniciais, primeiro ciclo compõe-se os três primeiros anos do Ensino Fundamental, que regulamentam a alfabetização e o letramento dos educandos de seis a oito anos, com o escopo de tencionar estas políticas na busca de possíveis convergências e divergências sobre o conceito e o processo de alfabetização e letramento que é indicado (se indicado), por esses documentos. Com os resultados obtidos com a pesquisa é possível demonstrar que não existe uma afinidade entre os documentos que normatizam a educação brasileira, quando o assunto é alfabetização e letramento. Vendo esta realidade, compreendemos primeiramente o motivo de tantas desigualdades na educação, esta continua sendo pensada por poucos, em modelos cíclicos que prometem normatizar, mas esquecem do essencial, de afinarem primeiramente os seus discursos com as reais necessidades da educação, e isso precisa acontecer indiscutivelmente com a participação da sociedade.

Mediante tais dados, podemos mencionar que a relação entre a BNCC e o processo de alfabetização ainda é um campo a ser explorado pelas pesquisas acadêmicas. Percebemos essa afirmativa logo no início, quando ao pesquisarmos nos bancos de Dados vimos que entre 92 trabalhos, apenas 5 tratavam da temática sobre a alfabetização. Isso pode ter ocorrido pelo fato de a versão final da BNCC ter sido aprovada em 2017 que pode ter no fator "tempo" uma possível explicação para a escassez de pesquisas relacionadas à alfabetização e a BNCC. No entanto, pensamos que por se tratar de um tema de debates já recorrente na educação brasileira (o processo de alfabetização) encontraríamos mais pesquisas já publicadas.

A maioria das conclusões das pesquisas encontradas segue a mesma linha dos autores já apresentados até aqui: que a alfabetização pode transformar o indivíduo em um cidadão crítico (FRANCESCHINI, 2019), que não há muita clareza curricular quando o assunto é alfabetização, especialmente na Educação Infantil (NASCIMENTO, 2018), que existe uma necessidade de ampliação de recursos e mais investimentos na etapa da educação que engloba o processo de alfabetização (MELLO, 2018), que a redução do tempo de alfabetização pode ser desastrosa no futuro (TRICHES, 2018) e que, da forma como está sistematizada pela BNCC, a educação continuará sendo pensada para poucos, especialmente durante a alfabetização (PERTUZATTI, 2017).

Além disso existem outras questões que apareceram nas pesquisas encontradas. Uma das que mais nos chama a atenção é a falta de diálogo existente entre as várias esferas públicas quando o assunto é pensar em documentos normativos para a Educação Brasileira. A descontinuidade das propostas, a abordagem da consciência fonológica realizada de forma aligeirada e pobre, o reducionismo não apenas do tempo para alfabetizar, mas do próprio conceito sobre o que é "Alfabetizar" e "Letrar" pensada com a ideia de "normatização" de ensino, nos revela que essa falta de articulação entre as

políticas públicas para a alfabetização no Brasil ainda ocorre com mais frequência que podemos imaginar.

Apontado por esses estudos também como propostas pensadas pelo viés neoliberal (FRANCISCHINI, 2019; MELLO, 2018; TRICHES, 2018; PERTUZATTI, 2017) é possível inferir, ao associar com todo o referencial teórico apresentado até aqui, que a BNCC aparenta sim estar mais preocupada com avaliações externas e com os futuros processos de financiamento de organismos internacionais, do que com a boa qualidade da educação propriamente dita.

Só nos resta pensar e refletir em aspectos que possam tentar neutralizar essa descontinuidade que perdura por anos e que, nas palavras de Libâneo (2012), contribuem para que os ricos continuem tendo a escola do conhecimento, enquanto os pobres sempre terão apenas a escola do acolhimento. A BNCC, apesar de se dizer "democrática" e com proposta de um currículo que deveria contemplar a maioria das escolas públicas do Brasil, se mostra em muitos momentos como um documento "mais do mesmo", ou seja, sem muitas propostas de ações que efetivamente possam contribuir para a melhora da qualidade na educação, especialmente por meio da alfabetização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: "*HABEMUS BASE*"?

Nosso objetivo por meio desse artigo foi discutir os conhecimentos atuais sobre a alfabetização e como ela é vista pela "Base Nacional Comum Curricular" – BNCC. Por meio das reflexões realizadas, pudemos perceber que a discussão sobre a alfabetização e o currículo na educação pública brasileira é um tema que vem sendo discutido há muito tempo e que as ações efetivas para que a alfabetização aconteça de forma eficaz ainda estão em vias de se concretizar, visto que existe uma falta de organização governamental para que isso de fato ocorra.

Isso é perceptível, por exemplo, quando percebemos o surgimento de algumas ações políticas educacionais para a formação curricular, como a elaboração dos "Parâmetros Curriculares Nacionais" – PCNs na década de 1990, a promoção de programas para a alfabetização como o "Pacto Nacional para a Alfabetização na Idade Certa" – PNAIC e, recentemente, pela elaboração da "Base Nacional Comum Curricular" – BNCC. Esse último documento, se apresenta com uma proposta norteadora de conteúdos para a Educação no Brasil, no entanto ela peca em muitos momentos, como por exemplo, ao defender que a Base não é um currículo. Ocorre que é assim mesmo que ela se apresenta em muitos momentos.

Há problemas também em não oferecer ações mais concretas relacionadas à educação pública, enquanto centra grande parte dessa função apenas no professor: para a BNCC, é dele a maior responsabilidade do processo de ensino e aprendizagem, além de não reconhecer o aluno como sujeito. Uma proposta que pretende diminuir o déficit educacional de norte a sul do país e atingir o objetivo histórico de "igualar" os conteúdos em todos os contextos nacionais, não pode se apresentar delegando a função de melhora da qualidade sendo exclusiva do professor, visto que o sistema educacional não se resume apenas à figura docente.

Em tempo, é relevante afirmar que existem poucas pesquisas relacionas sobre o tema "BNCC e alfabetização" – talvez, por ela ser uma normativa relativamente recente. No entanto, ressaltamos que se fará necessário que sejam feitas mais pesquisas *in lócus*, ou seja, estudos que vão para as escolas com a finalidade de compreender melhor como funciona (ou não) toda essa proposta da BNCC na prática.

Por fim, tentamos responder ao questionamento principal dessa pesquisa: "*Habemos Base*"? Se formos pensar em um documento que define a alfabetização tendo o texto em suas múltiplas formas como trabalho principal (talvez esse seja um ponto importante e forte do trabalho com a Língua Portuguesa proposta pela BNCC), podemos mencionar que sim, temos uma proposta de base, embora muito ainda tenha que caminhar para uma ação mais prática. No entanto, se formos pensar no aluno enquanto sujeito e no professor que precisa de recursos à sua disposição, assim como uma formação continuada de qualidade e consistente, entre outros aspectos, podemos mensurar que só a BNCC não garante essa evolução almejada e corre-se o risco de, mais uma vez, ser uma proposta que não saia do papel com a eficácia requerida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012**. Dispõe sobre o Pacto Nacional pela alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e dá outras providências. Brasília: MEC, 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Diretoria Legislativa. Centro de Documentação e Informação. Coordenação Edições Câmara. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Plano Decenal de Educação para todos**. Brasília, DF: MEC, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, DF: MEC, 1997. 79 p. v. 1.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas da Educação Fundamental. **Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC, 1998. 101 p. v. 1.

BRASIL. Presidência da República. Casa civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 11.274 de 6 de fevereiro de 2006.** Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília, DF: Presidência da República, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei nº 12.796 de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2013a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação. Câmara Nacional de Educação. **Diretrizes Nacionais Curriculares da Educação Básica**. Brasília, DF: MEC, 2013b. 565 p.

BRASIL. Presidência da República. Casa civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 20. ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a Base. Brasília: MEC, 2017. 395 p.

COSTA, T. S. A aula de português no ciclo de alfabetização: o que diz a base comum curricular – BNCC?. *In*: VII SEMINÁRIO NACIONAL E III SEMINÁRIO INTERNACIONAL "POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E PRÁXIS EDUCACIONAL, 7., 3., 2019, Vitória da Conquista. **Anais** [...]. Vitória da Conquista, BA: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2019. p. 91-104.

CURY, C. R.; REIS, M.; ZANARDI, T. A. C. **Base nacional comum curricular:** dilemas e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2018.

PERTUZATTI, I; DICKMANN, I. Alfabetização e letramento nas políticas públicas: convergências e divergências com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Ensaio: Avaliação em Políticas Públicas Educacionais**, v. 27, n. 105, p. 777-795, 2019. DOI https://doi.org/10.1590/s0104-40362019002701479

FRADE; I, C, A, S. **Palavra aberta - BNCC e a alfabetização em duas versões:** corrupções e desafios. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 36, p. 1-15, 2020. DOI https://doi.org/10.1590/0102-4698220676

FRANCESCHINI, B. **Práticas de alfabetização e o desenvolvimento de atitudes investigativas**. 2019. 114 f. Dissertação (Mestrado Profissional

em Educação) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, 2019.

GONTIJO, C. M. M. Base Nacional comum curricular (BNCC): comentário críticos. **Revista Brasileira de Alfabetização**, Vitória, v. 1, n. 2, p. 174-190, jul./dez., 2015. Disponível em: file:///C:/Users/naira/Desktop/68-Texto%20do%20Artigo-114-2-10-20190319.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

LIBÂNEO, J. C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13–28, 2012. DOI https://doi.org/10.1590/S1517-97022011005000001

LIMA, M. C. **A engenharia de produção acadêmica.** São Paulo: Saraiva, 2004.

MELLO, A. P. B. **Politicas para a educação infantil?** O lugar da consciência fonológica na Base Nacional Comum Curricular. 2018. 160 f. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, 2018.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 9-15.

MORTATTI, M. R. L. História dos métodos de alfabetização no Brasil. **Rev. Bras. Educ**., v. 15, n. 6, p. 329-410, 2006. DOI https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000200009

NASCIMENTO, L. F. **O currículo da educação infantil em Mossoró-RN:** uma investigação na perspectiva da pesquisa-ação. 2018. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2018.

OMODEI, J. D. **Educação de jovens e adultos**. Presidente Prudente: Unoeste, 2018. 100 p.

PERES, E. "A produção da crença": políticas de alfabetização no Brasil na última década. *In*: XI REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ANPED SUL, 11., 2016, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná, 2016. p. 1-22

PERTUZATTI, I. **Alfabetização e letramento nas políticas públicas:** convergências e divergências com a BNCC. 2017. 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Comunitária da região de Chapecó, Chapecó, 2017.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, n. 25, p. 5–17, jan./abr., 2004. DOI https://doi.org/10.1590/S1413-24782004000100002

TAKAZAKI; H, H. **Alfabetização formal argumentos para não antecipar**. [S. *l*.: s. *n*.], [20--]. Disponível em: http://sae.digital.s3.amazonaws.com/wordpress/downloads/Momentos_Pedagogicos/Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o_formal_na_Educa%C3%A7%C3%A3o_Infantil_revAna.pdf. Acesso em: 19 fev. 2020.

TRANSPADINI; R. A década de 1980: a torturante função da educação. **Le Monde Brasil Diplomatique**, 2019. Disponível em: https://diplomatique.org.br/a-decada-de-1980-a-torturante-funcao-da-educacao-ii/. Acesso em: 07 maio 2021.

TRICHES, E. F. **A formulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e concepções em disputa sobre o processo alfabetizador da criança (2015-2017)**. 2018. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Federal de Dourados. Dourados, 2018.